



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo** **0000134-46.2020.5.20.0001**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 20/02/2020

**Valor da causa:** R\$ 23.152,08

**Partes:**

**RECLAMANTE:** SERGIO TELES DOS SANTOS

ADVOGADO: José Mateus Teles Machado

**RECLAMADO:** ASSOCIACAO PROCONSTRUCAO DO EDIFICIO JARDIM EUROPA  
MEDICAL CENTER

ADVOGADO: SERGIO ANDRADE HORA JUNIOR

**PERITO:** ROBERTO LEITE MAIA

**PERITO:** FRANCIELLY ALESSANDRA VIEIRA MACHADO

**PERITO:** ALEKSANDRO DE CARVALHO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO  
1ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU  
**ATSum 0000134-46.2020.5.20.0001**  
RECLAMANTE: SERGIO TELES DOS SANTOS  
RECLAMADO: ASSOCIACAO PROCONSTRUCAO DO EDIFICIO JARDIM  
EUROPA MEDICAL CENTER

Destinatário: ALEKSANDRO DE CARVALHO

Fica V.Sa intimado para tomar ciência que foi designado como perito, devendo apresentar manifestação observando a ata de audiência de id -7302165.

ARACAJU/SE, 15 de outubro de 2021.

ANA LUIZA HOLANDA FREIRE SANTOS  
Secretário de Audiência





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo** **0000134-46.2020.5.20.0001**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 20/02/2020

**Valor da causa:** R\$ 23.152,08

**Partes:**

**RECLAMANTE:** SERGIO TELES DOS SANTOS

**ADVOGADO:** José Mateus Teles Machado

**RECLAMADO:** ASSOCIACAO PROCONSTRUCAO DO EDIFICIO JARDIM EUROPA  
MEDICAL CENTER

**ADVOGADO:** SERGIO ANDRADE HORA JUNIOR

**PERITO:** ROBERTO LEITE MAIA

**PERITO:** FRANCIELLY ALESSANDRA VIEIRA MACHADO

**PERITO:** ALEKSANDRO DE CARVALHO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DO  
TRABALHO DE ARACAJU - SE

Nº do Proc.: 0000134-46.2020.5.20.0001

RECLAMANTE.: SERGIO TELES DOS SANTOS

RECLAMADO.: ASSOCIACAO PROCONSTRUCAO DO EDIFICIO JARDIM

ALEKSANDRO DE CARVALHO, Engenheiro Civil, brasileiro, casado, portador do RG 40.067.088-4, CPF 422.040.668-93, CREA: 5070615353, Perito Judicial nomeado nos autos da ação Trabalhista em epígrafe, tendo realizado todos os exames necessários para o bom desempenho de seu encargo, vem, perante Vossa Excelência, apresentar o resultado de seus trabalhos através do presente

## LAUDO TÉCNICO PERICIAL GRAFOSCÓPICO

que segue digitalizado.

Nestes termos, Pede deferimento  
Araraquara-SP, 13 de novembro de 2021

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO  
Perito Judicial

# **LAUDO PERICIAL GRAFOSCÓPICO**

Nº Proc.:

0000134-46.2020.5.20.0001

Partes:

SERGIO TELES DOS SANTOS

ASSOCIACAO PROCONSTRUCAO DO EDIFICIO JARDIM

OBJETO DE EXAME
-----------------

- Peças padrões: Procuração fls 4. ID. 12217fe; Contrato fls. 6 ID. ea6b115; Demonstrativo de pagamento fls. 7 id. 54c53f0;
- Peças questionadas: Pedido de demissão fls. 108. Id. f88416e;

FINALIDADE DA PERÍCIA
-----------------------

A presente perícia tem por finalidade a investigação técnico científica da autenticidade da grafia questionada

EQUIPAMENTO UTILIZADO
-----------------------

- Microscópios e lupas binoculares com ampliação de 30 a 80 vezes com lentes convergentes e iluminação inversamente dirigida;
- Microscópio digital com ampliação de 100 a 300 X;
- Lupas modelo LP – 600 com, iluminação halógena circular incidente com hastes robotizadas que permitem estabilidade do foco de melhor resolução;
- Lupas binoculares com platô de ampliação de grande espectro e importante ampliação;
- Scanners de alta sensibilidade 1.200 X 4.800 DPI com superior 48-bit hardware;
- Máquinas fotográficas digitais com recursos de 03 a 15 x de zoom ótico, 12 MP, funções macro, night shot, -"ISO" de altíssima sensibilidade – equivalente a -"ASA 3.000" – entre outras;
- Iluminação rasante dirigida – fibra ótica, incidente, emergente;
  - Radiação ultravioleta;
  - Softwares de ultima geração;

METODOLOGIA EMPREGADA
-----------------------

- Inspeção ocular das peças questionadas para apreciação de seu estado físico com o escopo de encontrar eventuais indícios de fraudes grafotécnicas.
- Minuciosos exames dos gestos gráficos dos documentos examinados a título de padrões e daqueles questionados, objetivando identificação de punho escritor, para individualização de particularidades mais intrínsecas.
- Reiterados cotejos e rescotejos entre os gestos gráficos encontrados nos documentos objeto da perícia para determinação de convergências e divergências setoriais, trajetórias de punhos, inclinações axiais e alinhamentos gráficos, espaçamentos, relações interlineares e calibre.
- Execução de fotografias ilustrativas de alta resolução e digitalização de imagens, através de equipamento especializado.
- Coordenação de todos os dados técnicos apurados e sua tradução em linguagem simplificada própria ao fim que se destina.
- Final redação do apurado durante os trabalhos.



CONSIDERAÇÕES
---------------

a-) A matéria de que trata este laudo é complexa, a apuração de autenticidade ou não da grafia dos documentos questionados devem obedecer certa ordem;

b-) A princípio em sua análise, o *expert* deve levar em consideração todos os fatores que envolvem a confecção do documento, tipos de instrumentos utilizados e a disposição da assinatura no papel suporte;

c-) A sobreposição de gestos gráficos ou a presença de “debuxo”<sup>1</sup> (foulage) deixou de ser objeto de busca do perito no trabalho em questão, vez que este Perito não teve acesso ao original das peças motivo. Todavia, tal ausência em nada prejudica a presente perícia.

d-) Sendo Mister do Perito do Juízo a busca da verdade, pelas mais variadas formas, realizou-se um estudo esmiuçado de cada documento, com digitalização dos tópicos de interesse, detalhamento de peculiaridades encontradas, bem como divergências e convergências na sua totalidade.

Seguem análises individualizadas de cada documento, e análises comparadas setoriais dos documentos entre si, com digitalização de recortes de tópicos de mesma ordem, seguidas de análises comparadas descritivas, com conclusões parciais:

---

<sup>1</sup> Marca impressa em relevo no papel posposto, causada pela pressão do instrumento escrevente no papel suporte, que amassa as fibras celulósicas que o compõe.

## PERÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GRAFOTÉCNICA E DOCUMENTOSCOPIA

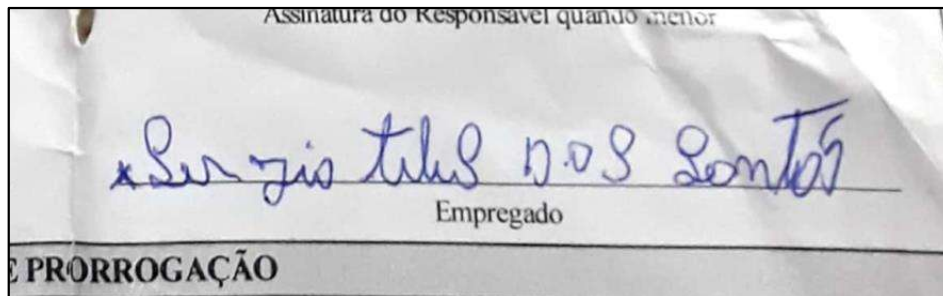
ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO

AV. Maria Ignez Lapena, 34 Jardim São Bento Araraquara - SÃO PAULO- SP

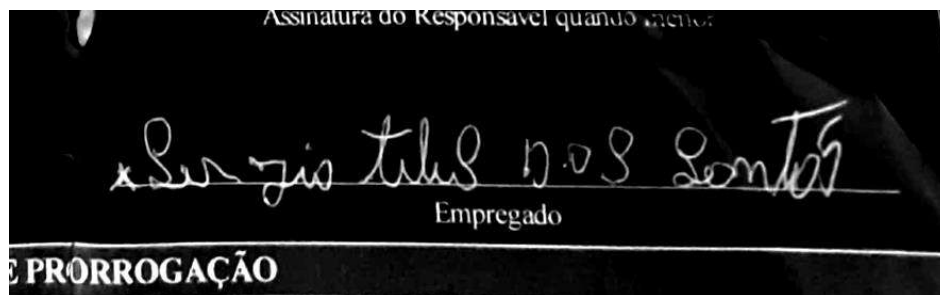
16 981862062 [aleksandro.eng@gmail.com](mailto:aleksandro.eng@gmail.com)

## ANÁLISE DE EVENTUAL FRAUDE POR DECALQUE

PEÇA PADRÃO (POSSÍVEL MATRIZ): Contrato de Experiência fls.6, id 0de481e.



PEÇA PADRÃO (POSSÍVEL MATRIZ) com tratamento: Contrato de Experiência fls.6, id 0de481e.



PEÇA PADRÃO (POSSÍVEL MATRIZ): Demonstrativo de pagamento fl.7, id. 54c53f0

Total Líquido				261,49	
INSS	Bas Cálculo FGTS	FGTS Mês	Bas Cálculo IRRF	Faixa	Dep
0,00	261,49	20,91	0,00	0,00	00
Assinatura:	Sergio Luis dos Santos				

PEÇA PADRÃO COM TRATAMENTO (POSSÍVEL MATRIZ): Demonstrativo de pagamento fl.7, id. 54c53f0

Total Líquido				261,49	
INSS	Bas Cálculo FGTS	FGTS Mês	Bas Cálculo IRRF	Faixa	Dep
0,00	261,49	20,91	0,00	0,00	00
Assinatura:	Sergio Luis dos Santos				

## PERÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GRAFOTÉCNICA E DOCUMENTOSCOPIA

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO

AV. Maria Ignez Lapena, 34 Jardim São Bento Araraquara - SÃO PAULO- SP

16 981862062 [aleksandro.eng@gmail.com](mailto:aleksandro.eng@gmail.com)

PEÇA QUESTIONADA: PEDITO DE DEMISSÃO fl.108, ID. f88416e

PEDIDO DE DEMISSÃO

Presa dos Senhores

Empreza Associação PRO CONSTRUÇÃO DO EDF.  
JARDIM EUROPA MEDICAL CENTERComunico que PARTIR desta data não mais PRESTAREI  
OS meus serviços A esta empresa ficandoVOS de JÁ comunicado no TERMO do ART 487 CLT  
Decreto nº 5452 de 07/maio/1943 em cumprimentoda legislação da verdade e de livre e espontânea  
Vontade Fui o PRESENTE em duas Vias e Solicito o POR  
O Ciente da empresa na 2ª Via

Aracaju 06 de fevereiro de 2020

Atenciosamente

• Gorgio TELES DOS SANTOS

PEÇA QUESTIONADA: PEDITO DE DEMISSÃO fl.108, ID. f88416e

Atenciosamente

• Gorgio TELES DOS SANTOS

PEÇA QUESTIONAD COM TRATAMENTO: PEDITO DE DEMISSÃO fl.108, ID. f88416e

Atenciosamente

• Gorgio TELES DOS SANTOS

## PERÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GRAFOTÉCNICA E DOCUMENTOSCOPIA

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO

AV. Maria Ignez Lapena, 34 Jardim São Bento Araraquara - SÃO PAULO- SP

16 981862062 [aleksandro.eng@gmail.com](mailto:aleksandro.eng@gmail.com)

## SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA MATRIZ COM A PEÇA QUESTIONADA fl.108



## SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA MATRIZ COM A PEÇA QUESTIONADA fl.108

Total Líquido				261,49	
INSS	Bas Cálculo FGTS	FGTS Mês	Bas Cálculo IRRF	Faixa	Dep
0,00	261,49	20,91	0,00	0,00	00
Assinatura: Sergio Teles dos Santos					

## ANÁLISE DE EVENTUAL FRAUDE POR DECALQUE

**Método** : Captura digital de alta resolução com iluminação halógena polarizada das assinaturas investigadas e eventual "matriz" a ser confrontada, e sobreposição da **peça** padrão pela motivo.

**Finalidade** : Análise investigativa da hipótese de fraude de grafismo por "DECALQUE".

**Resultado** : POSITIVO PARA FALSIFICAÇÃO POR DECALQUE.

**Fundamento:** Devido a grande regularidade constatada no grafismo padrão, a "prova de DECALQUE" no caso vertente, se positiva, deve apresentar inquestionável reprodução de traçado matriz como ocorre no caso em tela.

O fraudador, de posse de um documento que contém uma assinatura autêntica, sobrepõe com o documento onde deseja reproduzir a assinaturas, e a lança em outro documento.

ELEMENTOS CONSIDERADOS
------------------------

Genéricos:

- a-)Calibres: são as dimensões dos caracteres.
- b-)Espaçamentos Gráficos: são distâncias analisadas na escrita.
- c-)Comportamentos Gráficos: são as direções e distâncias consideradas da escrita em relação à pauta ou base.
- d-)Proporcionalidade Gráfica: são as relações dimensionais entre diversas partes da escrita.
- e-)Valores Angulares: são as predominâncias de ângulo nas formações gráficas.
- f-)Valores Curvilíneos: são as predominâncias de curvas da escrita.
- g-)Inclinação Axial: é aquela dos eixos gramáticos.

Genéticos:

- a-)Dinâmica : é a relação entre pressão e progressão.
- b-)Pressão: é a força vertical da escrita.
- c-)Progressão: é a força horizontal da escrita.
- d-)Trajetória: é a direção.
- e-)Momento Gráfico: cada um dos traçados contínuos da escrita.
- f-)Ataque: é o traço inicial da escrita.
- g-)Desenvolvimento: é o traçado intermediário da escrita.
- h-)Remate: é o traço final da escrita.
- i-)Mínimo Gráfico: é o modo particular do traçado.

ANÁLISE DESCRITIVA DO GRAFISMO QUESTIONADO COM PADRÕES DE  
CONFRONTO.

- 1- Em um primeiro momento, foi realizada análise de comportamento gráfico, levando-se em consideração padrões reconhecidos internacional e cientificamente, os quais concluem que a tendência do punho escritor é individual e inconfundível, e sendo emanada do cérebro, não se altera mesmo diante da necessidade de mudança do membro escritor, como por exemplo, nos casos de perda de um braço.
- 2- Neste item, foram reiteradamente analisadas as inclinações axiais dos gramas<sup>2</sup> de maior expressão, e consequente angulação média em relação à linha de base, que resulta das curvas dos caracteres expressivos das grafias analisadas, sendo semelhantes.
- 3- Em um segundo momento, foi realizado estudo acerca da proporcionalidade da grafia questionada em cotejo com os padrões, obtida pela comparação do maior caractere da assinatura, que resulta da angulação da inclinação do eixo da escrita em relação à centralização das bordas do papel.
- 4- O resultado do confronto dos itens acima mencionados dá ensejo à apuração da velocidade do traçado, e a habilidade da escrita é obtida pela análise da padronização e proporcionalidade dos caracteres das assinaturas, sendo no conjunto, incongruentes as grafias padrões e questionadas explicitadas às fls. deste laudo.

<sup>2</sup> Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.



5- Também foi levada a efeito a indispensável análise de particularidades dos gramas que compõem as grafias, sendo encontrados diversos pontos de divergência grafocinética como os a seguir elencados:

5.1-As grafias submetidas a análise setorial, apresentam ataques<sup>3</sup> e remates<sup>4</sup> semelhantes, todavia gênese distinta.

5.2-Foram também encontrados gramas<sup>5</sup> passantes<sup>6</sup> superiores<sup>7</sup> e duplo passantes e gramas circulares com fechamentos<sup>8</sup> em semelhantes quadrantes, todos em semelhança meramente formal entre o grafismo padrão e a assinatura periciada. Todavia gênese distinta.

6- A grafia impugnada é tipicamente denominada de "falsificação por decalque" sendo excluída a falsificação sem imitação, ou ainda por imitação servil, tendo em vista que a grafia questionada possui convergências morfológicas apenas com o modelo, mas gênese evidentemente distinta.

Na doutrina, a falsificação por decalque é tema de farta explanação: "Os decalques se dividem em dois tipos: diretos e indiretos. São processos primários de falsificação, daí porque os resultados são grosseiros. Para se reproduzir uma assinatura legítima pelo processo de decalque direto, basta colocar o modelo sob o suporte da peça que se prepara e, por transparência, cobrir o traçado daquele.

As assinaturas feitas por esse processo apresentam, é obvio, grande semelhança formal com o paradigma, mas seu traçado é lento, crivado de paradas do instrumento escrevente e subsequente retomada do traço e, ainda cheio

de trêmulos e hesitações.

Documentoscopia / Lamartine Bizarro Mendes. —2. .—  
Campinas, SP : Millennium, 2003. p. (Tratado de perícias  
criminalísticas ; v. 7.

<sup>3</sup> Forma como o punho escritor inicia o grama.

<sup>4</sup> Traço final de um grama.

<sup>5</sup> Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.

<sup>6</sup> Gesto gráfico que ultrapassa linha de base e linha de ápice.

<sup>7</sup> Acima da linha de ápice.

<sup>8</sup> Levando-se em consideração os ponteiros de um relógio analógico



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
----------------------

1. O grafismo é individual e inconfundível. A primeira lei de escrita (Leis de Solange Pellat) preconiza que o gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro.
2. Pela segunda lei, quando se escreve, o "eu" está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o "eu" age, passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento.
3. Pela terceira lei, resta indiscutível que não se pode modificar voluntariamente, em um dado momento, sua escrita natural, senão introduzindo no seu traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação.
4. Quando a escrita atinge seu amadurecimento natural, nela são introduzidos aspectos personalíssimos que não são padronizados pela doutrina, contudo são extremamente valiosos na apuração da autenticidade.
5. O resultado mais importante do exame pericial consiste em precisar as características especiais, as quais apresentam vital importância pela sua excepcionalidade.
6. Características especiais, na identificação de uma escrita, *equiparam-se à certeza traduzida pelo exame das impressões digitais de uma pessoa*, ou seja, não são voluntárias e não podem ser modificadas voluntariamente.
7. A autenticidade não pode ser embasada na semelhança ou não dos elementos gerais da escrita e sim na coincidência da

PERÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GRAFOTÉCNICA E DOCUMENTOSCOPIA

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO

AV. Maria Ignez Lapena, 34 Jardim São Bento Araraquara - SÃO PAULO- SP

16 981862062 [aleksandro.eng@gmail.com](mailto:aleksandro.eng@gmail.com)

gênese gráfica, o que se faz presente no caso em tela.

## CONCLUSÃO

Considerando a exaustiva análise de toda a documentação objeto da perícia, já explicitado;

Considerando, que a grafia aposta no documento questionado possui apenas convergência meramente formal como a matriz, mas gênese absolutamente distinta dos padrões de grafia reconhecidamente de autoria do Sr. SERGIO TELES DOS SANTOS, resta concluído que:

A ASSINATURA APOSTA NO DOCUMENTO  
QUESTIONADO É FALSA / FRAUDE POR DECALQUE

Era o que havia a expor.

Este laudo segue digitalizado e assinado nesta. Contêm fotos digitais de alta resolução, imagens digitalizadas, reduzidas, ampliadas, recortadas e coladas, de íntegra fidelidade em relação às originais, individualmente identificadas.

araraquara - SP, 13 de novembro de 2021

Eng. Aleksandro de Carvalho  
Perito Judicial Documentoscópico





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo** **0000134-46.2020.5.20.0001**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 20/02/2020

**Valor da causa:** R\$ 23.152,08

**Partes:**

**RECLAMANTE:** SERGIO TELES DOS SANTOS

ADVOGADO: José Mateus Teles Machado

**RECLAMADO:** ASSOCIACAO PROCONSTRUCAO DO EDIFICIO JARDIM EUROPA  
MEDICAL CENTER

ADVOGADO: SERGIO ANDRADE HORA JUNIOR

**PERITO:** ROBERTO LEITE MAIA

**PERITO:** FRANCIELLY ALESSANDRA VIEIRA MACHADO

**PERITO:** ALEKSANDRO DE CARVALHO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO  
1ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU  
**ATSum 0000134-46.2020.5.20.0001**  
RECLAMANTE: SERGIO TELES DOS SANTOS  
RECLAMADO: ASSOCIACAO PROCONSTRUCAO DO EDIFICIO JARDIM  
EUROPA MEDICAL CENTER

## SENTENÇA

**Demanda sob o rito sumaríssimo, sendo dispensado o relatório (CLT, art. 852-I).**

### I – FUNDAMENTAÇÃO

#### 1.1 – PEDIDO DE DEMISSÃO X DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

Informa o Reclamante que foi contratado pela Reclamada em 06/08/2019, trabalhando nas funções de Pedreiro e Armador, recebendo o salário mensal de R\$ 1.570,00. Afirma que foi dispensado sem justa causa em 06/02/2020, mas não recebeu as verbas rescisórias a que tinha direito. Pugna pelo pagamento dos valores devidos, incluindo as multas dos arts. 467 e 477 da CLT, entrega das guias do seguro-desemprego, liberação do FGTS depositado e retificação da anotação de baixa em sua CTPS, em razão da projeção do aviso prévio indenizado.

A Reclamada afirma que o Reclamante foi contratado como Armador, não tendo desempenhado nenhuma outra função, recebendo o salário mensal de R\$ 1.459,35. Alega que o Reclamante pediu demissão e que foram pagas as verbas rescisórias inerentes, dentro do prazo legal.

#### **Decido.**

Diante da controvérsia acerca da autenticidade da assinatura aposta no pedido de demissão, apresentado pela defesa (ID f88416e), foi instaurado o incidente de falsidade e determinada a realização de perícia grafotécnica.

O perito nomeado pelo Juízo, após analisar a assinatura no pedido de demissão, em confronto com assinaturas do Reclamante em outros documentos juntados aos autos, concluiu que (ID 3199552):

#### **CONCLUSÃO**

Considerando a exaustiva análise de toda a documentação objeto da perícia, já explicitado;

Considerando, que a grafia aposta no documento questionado possui apenas convergência meramente formal como a matriz, mas gênese absolutamente distinta dos padrões de grafia reconhecidamente de autoria do Sr. SERGIO TELES DOS SANTOS, resta concluído que:

A ASSINATURA APOSTA NO DOCUMENTO QUESTIONADO É FALSA / FRAUDE POR DECALQUE.

Vale ressaltar que o referido laudo pericial não foi impugnado pela defesa.

Dessa forma, **HOMOLOGO** a conclusão do laudo pericial.

Portanto, resta evidente que houve fraude na elaboração do “pedido de demissão”, razão pela qual **RECONHEÇO** que o Reclamante foi dispensado sem justa causa.

A real função desempenhada pelo Reclamante não tem relevância para o presente julgamento. No tocante ao valor do salário, os contracheques juntados aos autos pela defesa, e não impugnados pelo Reclamante, comprovam o pagamento do salário de R\$ 1.459,35.

O TRCT e comprovante de transferência bancária, juntados aos autos pela defesa, comprovam o pagamento das verbas rescisórias, mas sem a integração do aviso prévio indenizado.

Tendo em vistas que as verba rescisórias reconhecidas pela Reclamada foram pagas dentro do decêndio legal, ficam afastadas as multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

No tocante ao FGTS, o extrato analítico apresentado pela defesa (ID 90aa1d4) revela que não houve recolhimento no ano de 2020.

Por fim, em razão da integração do aviso prévio indenizado ao tempo de serviço do Reclamante, deve a Reclamada retificar a anotação de baixa na CTPS do trabalhador.

Sendo assim, julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos, condenando a Reclamada:

**1. a retificar** a anotação de baixa na CTPS do Reclamante, fazendo constar que o vínculo empregatício havido entre as partes foi extinto em 07/03 /2020, já considerando a projeção do aviso prévio indenizado de 30 dias.

O Reclamante apresentará sua CTPS na Secretaria desta Vara do Trabalho, após o trânsito em julgado desta sentença. No prazo de 08 (oito) dias, após a notificação para fazê-lo, a Reclamada efetuará a retificação da baixa na CTPS do Reclamante, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de 30 (tinta) dias. Em caso de descumprimento, deverá a Secretaria desta Vara do Trabalho efetuar a anotação, sem alusão à Reclamação Trabalhista, servindo a cópia desta sentença como comprovante da determinação judicial, e sem prejuízo da apuração da multa, que reverterá em favor do Reclamante.

A Reclamada deve se abster de anotar na CTPS do Reclamante qualquer registro que desabone[i] a conduta do trabalhador ou lhe dificulte a obtenção de novo emprego (a exemplo de “por determinação judicial”), sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00.

**2. a fornecer** as guias do seguro-desemprego, no prazo de oito dias, a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de 30 dias. Em caso de descumprimento, expeça-se alvará judicial para habilitação do Reclamante no seguro-desemprego, sem prejuízo da apuração da multa, que reverterá em favor do trabalhador.

**3. a pagar** ao Reclamante:

a) indenização referente ao FGTS não depositado no período de 01/01/2020 a 07/03/2020[ii];

b) verbas rescisórias:

b.1) aviso prévio indenizado de 30 dias, com integração ao tempo de serviço;

b.2) diferença do 13º salário proporcional – 1/12[iii];

b.3) diferença das férias proporcionais, acrescidas do terço constitucional – 1/12[iii]; e

b.4) indenização referente à multa de 40% do FGTS, excluindo-se a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal [iv].

Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará judicial para saque do FGTS depositado na conta vinculada do Reclamante, em decorrência do vínculo empregatício mantido com a Reclamada.

Para fins de liquidação do julgado, deve ser considerado: o salário do Reclamante de R\$ 1.459,35; as horas extras discriminadas nos contracheques juntados aos autos integram a base do FGTS e das verbas rescisórias, sendo estas com base na média mensal; e que não há valores a deduzir ou compensar.

## 1.2 – JORNADA DE TRABALHO

Informa o Reclamante que trabalhava de segunda a sexta, das 7h às 19h, e aos sábados e feriados, das 7h às 17h, sendo que havia supressão do intervalo intrajornada na média de dois dias por mês. Pugna pelo pagamento das horas extras, dobra dos feriados trabalhados e consectários.

A Reclamada afirma que Reclamante registrava corretamente o seu horário de trabalho nos controles de jornada, com pagamento das eventuais horas extras. Nega o labor em feriados e a supressão do intervalo intrajornada.

### Decido.

Ao impugnar os espelhos de ponto apresentados pela defesa, o Reclamante atraiu para si o ônus da contraprova, encargo do qual não se desincumbiu. Ademais, o Reclamante, em seu depoimento pessoal, confessou *“que registrava o seu horário de trabalho no ponto eletrônico, mediante a aposição de sua digital, **sempre na entrada e na saída**, não havendo registro nos intervalos; que reconhece como sua as assinaturas nos espelhos de ponto juntado pela defesa (...)”*. (destaquei)

Dessa forma, **ACOLHO** como válidos os controles de jornada apresentados pela defesa. A análise dos referidos controles, em cotejo com os contracheques juntados aos autos, revela que o labor extraordinário registrado, e não compensado, foi integralmente quitado.

Quanto à suposta supressão do intervalo intrajornada, considerando que é permitida a sua pré-anotação, estando, portanto, o empregador desobrigado do controle, cabia ao Reclamante a prova dos fatos alegados, encargo que também não se desincumbiu.

Por fim, não se verifica a ocorrência de labor em feriado, nos referidos controles de frequência.

Sendo assim, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos.

## 1.3 – BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA



Considerando que o Reclamante está desempregado, **DECLARO** comprovada a ausência de recursos financeiros para pagamento das custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Sendo assim, e com base no art. 790, § 4º, da CLT, **CONCEDO** o benefício da justiça gratuita.

#### 1.4 - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Os atos enquadráveis como litigância de má-fé devem estar presentes de forma ostensiva, evidenciando a busca de vantagem fácil, com ânimo doloso. E no caso *sub judice* não há como ser desconhecida a má-fé da Reclamada, tendo em vista a falsificação da assinatura do Reclamante no “pedido de demissão”. O Magistrado não pode se omitir ao dever legal de prevenir e reprimir os atos atentatórios à dignidade da Justiça (art. 125 do CPC), e ante tudo exposto, **DECLARO**, de ofício, a Reclamada litigante de má-fé.

Sendo assim, **DECLARO**, de ofício, a Reclamada litigante de má-fé, **condenando-a** ao pagamento de multa de 5% sobre o valor atualizado da causa[v] (R\$ 23.152,08), a ser revertida em benefício do Reclamante.

#### 1.5 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Em razão das regras introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, são devidos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, pela mera sucumbência.

Quanto ao Reclamante, sendo beneficiário da justiça gratuita, presume-se a insuficiência de recursos financeiros para o pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Vale ressaltar que o disposto no § 4º, do art. 791-A, incluído pela Lei nº 13.467/2017, afronta a garantia assegurada na CF/1988, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

**LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.**  
(destaquei).

Nesse sentido decidiu o STF, no julgamento da ADIn nº 5766:

O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar inconstitucionais os arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vencidos, em parte, os Ministros Roberto Barroso (Relator), Luiz Fux (Presidente), Nunes Marques e Gilmar Mendes. Por maioria, julgou improcedente a ação no tocante ao art. 844, § 2º, da CLT, declarando-o constitucional, vencidos os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Redigirá o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 20.10.2021 (Certidão de julgamento – Acórdão não publicado)

Portanto, apesar da sucumbência parcial, o Reclamante está isento do pagamento de honorários advocatícios.

Considerando o trabalho realizado pelos advogados do Reclamante e a importância da causa, arbitro os honorários advocatícios em arbitrados em 10% (dez por cento), e calculados sobre o valor da condenação.

Sendo assim, **DECLARO**, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade do § 4º, do art. 791-A, incluído pela Lei nº 13.467/2017, e julgo **PROCEDENTE SEM PARTE** os pedidos, **condenando a Reclamada** ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados em 10% (dez por cento) e calculados sobre o valor da condenação.

### 1.6 – HONORÁRIOS PERICIAIS

Considerando o grau de dificuldade da perícia, o zelo profissional e o tempo despendido para a realização do trabalho, **ARBITRO** os honorários periciais em R\$ 2.000,00, que serão custeados pela Reclamada, em razão da sucumbência no objeto da perícia.

Na hipótese de eventual pagamento de honorários provisionais, o respectivo valor deve ser retido e recolhido aos cofres da União Federal, mediante GRU.

### 1.7 – CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS

O STF, no julgamento da ADC 58[vi], decidiu que os débitos reconhecidos na Justiça do Trabalho devem ser corrigidos na fase extrajudicial, com base no IPCA-E (índice de correção monetária) e TR (taxa de juros), de forma cumulativa, e a partir do ajuizamento da ação, somente pela aplicação da taxa SELIC.

Vale ressaltar que o art. 39 da Lei nº 8.177/91[vii], que prevê a incidência de juros de mora sobre os débitos trabalhistas, equivalentes à TR, desde a data de vencimento da obrigação até o seu efetivo pagamento, continua em vigor, não existindo decisão do STF sobre possível inconstitucionalidade do referido dispositivo

legal. Dessa forma, e considerando que a taxa SELIC já abrange a taxa de juros, a TR somente se aplica até o ajuizamento da ação (fase extrajudicial).

Sendo assim, **DETERMINO** que as verbas devidas ao Reclamante, e reconhecidas nesta sentença, sejam corrigidas: na fase extrajudicial, com base no IPCA-E (índice de correção monetária) e TR (taxa de juros), de forma cumulativa; e a partir do ajuizamento da ação, somente pela aplicação da taxa SELIC, até que o legislador fixe novos índices de correção monetária e juros aplicáveis aos débitos reconhecidos na Justiça do Trabalho.

Os honorários advocatícios de sucumbência fixados nesta sentença serão corrigidos pela aplicação da taxa SELIC, a partir do ajuizamento da ação (20/02/2020).

## II - DISPOSITIVO

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta: julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos formulados por **SÉRGIO TELES DOS SANTOS** em face de **ASSOCIAÇÃO PROCONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO JARDIM EUROPA MEDICAL CENTER**, nesta Reclamação Trabalhista, **concedendo** o benefício da justiça gratuita ao Reclamante, **declarando** a Reclamada litigante de má-fé e **condenando** a Reclamada:

**1. a retificar** a anotação de baixa na CTPS do Reclamante, fazendo constar que o vínculo empregatício havido entre as partes foi extinto em 07/03/2020.

O Reclamante apresentará sua CTPS na Secretaria desta Vara do Trabalho, após o trânsito em julgado desta sentença. No prazo de 08 (oito) dias, após a notificação para fazê-lo, a Reclamada efetuará a retificação da baixa na CTPS do Reclamante, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de 30 (tinta) dias. Em caso de descumprimento, deverá a Secretaria desta Vara do Trabalho efetuar a anotação, sem alusão à Reclamação Trabalhista, servindo a cópia desta sentença como comprovante da determinação judicial, e sem prejuízo da apuração da multa, que reverterá em favor do Reclamante.

A Reclamada deve se abster de anotar na CTPS do Reclamante qualquer registro que desabone a conduta do trabalhador ou lhe dificulte a obtenção de novo emprego (a exemplo de “por determinação judicial”), sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00.

**2. a fornecer** as guias do seguro-desemprego, no prazo de oito dias, a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite

de 30 dias. Em caso de descumprimento, expeça-se alvará judicial para habilitação do Reclamante no seguro-desemprego, sem prejuízo da apuração da multa, que reverterá em favor do trabalhador.

### **3. a pagar:**

#### **3.1. ao Reclamante:**

a) indenização referente ao FGTS não depositado no período de 01/01/2020 a 07/03/2020;

b) verbas rescisórias:

b.1) aviso prévio indenizado de 30 dias, com integração ao tempo de serviço;

b.2) diferença do 13º salário proporcional – 1/12;

b.3) diferença das férias proporcionais, acrescidas do terço constitucional – 1/12; e

b.4) indenização referente à multa de 40% do FGTS, excluindo-se a projeção do aviso prévio indenizado.

c) multa por litigância de má-fé, de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa (R\$ 23.152,08).

**3.2. aos advogados do Reclamante** honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados em 10% (dez por cento) e calculados sobre o valor da condenação.

**DECLARO, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade do § 4º, do art. 791-A, incluído pela Lei nº 13.467/2017.**

Para fins de liquidação do julgado, que será por simples cálculo, devem ser observados os parâmetros fixados na fundamentação.

As verbas trabalhistas devidas ao Reclamante e deferidas nesta sentença serão corrigidas, até que o legislador fixe novos índices de correção monetária e juros aplicáveis aos débitos reconhecidos na Justiça do Trabalho: na fase extrajudicial, com base no IPCA-E (índice de correção monetária) e TR (taxa de juros), de forma cumulativa; e a partir do ajuizamento da ação, somente pela aplicação da taxa SELIC.

Os honorários advocatícios de sucumbência fixados nesta sentença, serão corrigidos somente pela aplicação da taxa SELIC, a partir do ajuizamento da ação (20/02/2020).

Em atendimento à CLT, art. 832, §3º, **DECLARO** que apenas têm natureza indenizatória, não havendo incidência de contribuições previdenciárias ou fiscais, os valores devidos à Reclamante a título de: aviso prévio indenizado; férias + 1/3; FGTS + 40%; e multa por litigância de má-fé.

As contribuições previdenciárias devidas pela Reclamada, incidentes sobre as verbas salariais aqui deferidas, deverão ser recolhidas, bem como comprovado tal recolhimento nos autos, no mesmo prazo do valor principal, autorizando-se, desde já, a dedução da quota-parte do Reclamante, obedecido o teto da contribuição, nos termos da Lei de Custeio da Previdência Social vigente, sob pena de execução direta (Constituição Federal, art. 114, VIII e CLT, art. 876, parágrafo único).

Também são devidas as contribuições fiscais, calculadas mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei nº 7.713/88 (Súmula nº 368, II, do TST), permitindo-se a dedução do crédito do Reclamante, conforme art. 46 da Lei nº 8.541/92 e o Provimento nº 01/96 da Corregedoria do TST, devendo ser comprovado o recolhimento nos autos, sob pena de se oficiar o órgão competente.

Honorários periciais arbitrados no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que serão custeados pela Reclamada. Na hipótese de eventual pagamento de honorários provisionais, o respectivo valor deve ser retido e recolhido aos cofres da União Federal, mediante GRU.

Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará judicial para saque do FGTS depositado na conta vinculada do Reclamante, em decorrência do vínculo empregatício mantido com a Reclamada.

Custas pela Reclamada no importe de R\$ 130,84, calculadas sobre o valor da condenação de R\$ 6.542,20. Valores atualizados até 30/04/2022, tudo conforme planilha em anexo, que é parte integrante desta sentença.

Notifiquem-se as partes e o perito.

Nada mais.

[i] CLT – Art. 29 [...] § 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

[ii] TST - Súmula nº 305. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. INCIDÊNCIA SOBRE O AVISO PRÉVIO. O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito a contribuição para o FGTS.

[iii] Considerando a integração do aviso prévio indenizado ao tempo de serviço.



[iv] TST / SDI-1 – OJ nº 42. FGTS. MULTA DE 40%. [...] II - O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal.

[v] CPC - Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

[vi]EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. ART. 39, CAPUT E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade – esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado –, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo. 2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG – tema 810). 3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009. 4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas. 5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810). **6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, §3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, caput, da Lei 8.177, de 1991).** 7. **Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria *bis in idem*.** 8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC). 9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração e seguir os critérios legais). 10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes. (ADC 58 /DF, PLENÁRIO, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJE nº 63, divulgado em 06/04/2021)

[vii] Art. 39. Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento.

ARACAJU/SE, 28 de abril de 2022.

LUIS FERNANDO ALMEIDA DE ARAUJO  
Juiz do Trabalho Substituto



Assinado eletronicamente por: LUIS FERNANDO ALMEIDA DE ARAUJO - Juntado em: 28/04/2022 15:14:50 - 4835c00  
<https://pje.trt20.jus.br/pjekz/validacao/22042813332817600000013986436?instancia=1>  
Número do processo: 0000134-46.2020.5.20.0001  
Número do documento: 22042813332817600000013986436